

CÔA, A BARRAGEM SILENCIOSA*

por

João Pedro Cunha-Ribeiro**

Nos últimos tempos, tem-se assistido ao aparecimento de múltiplas notícias, entrevistas, artigos de opinião e mesmo de subtis anúncios publicitários em defesa da continuação da barragem de Foz Côa, quase sempre veiculados, promovidos ou protagonizados por responsáveis quer da própria EDP quer da respectiva tutela governamental. Esta estratégia revela uma cadência e um nexu que, no mínimo, sugere a existência de uma campanha bem orquestrada, visando, antes do mais, o branqueamento de uma imagem degradada e o desenvolvimento de um “lob-bying” adequado.

Não dispondo, obviamente, os defensores do património paleolítico do Côa nem das sumptuárias receitas da EDP nem tão-pouco dos dinheiros arrecadados aos contribuintes para financiar uma campanha em sentido oposto, resta-lhes contrapor à força desse mesmo poderio económico a força da sua própria razão.

No que à arqueologia propriamente diz respeito, a arrogância com que muitas vezes se procura defender a continuação da barragem tem sido quase sempre acompanhada por uma dose proporcional de ignorância ou má fé.

Só assim se pode compreender a continuada referência à exposição ao público da réplica da gruta de Lascaux, a par do encerramento da jazida original, por forma a garantir a sua preservação para as gerações futuras. Oculta-se deliberadamente que na gruta de Lascaux estamos perante pinturas cuja conservação enferma de problemas claramente mais complicados do que os que se põem para as gravuras, como sucede em Foz Côa.

Por outro lado, omite-se também o facto de, no caso de Lascaux, a réplica realizada abranger a totalidade do monumento, não tendo implicado o retalhar do original, nem a amputação do respectivo espaço de integração, como se pretendia fazer no vale do Côa com o corte das rochas gravadas e a sua deslocação para outro local. Tão-pouco se assistiu ao afundamento da gruta original.

* Publicado no jornal *Público* de 13-08-95.

** Arqueólogo; docente de Pré-História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O exemplo do famoso parque arqueológico da Vallée des Merveilles, em França, surge também inquinado. Com efeito, ignora-se ostensivamente que as réplicas das gravuras aí realizadas se restringiram aos casos em que as mesmas se efectuaram em rochas amovíveis (tipo estátua-menir), tendo-se colocado cuidadosamente as respectivas duplicações nos locais de proveniência dos originais.

Já o caso da barragem de Villerest, construída em França no alto vale do rio Loire, é apontado como exemplar. Tratar-se-ia de uma situação em que a viabilização do empreendimento se sobrepôs ao património arqueológico existente na área a inundar, entre o qual se destacava a jazida de Vigne Brun, considerada tão-só como o maior acampamento do género conhecido em França.

Mas, se tal classificação da jazida de Vigne Brun peca por excesso de zelo, de quem procura jogar com dados que de todo em todo desconhece, nem uma referência sequer se adianta em relação ao facto de todo o processo ter sido conduzido de forma a proporcionar, atempadamente, o estudo adequado dos vestígios ameaçados. A própria jazida de Vigne Brun, em cuja escavação de emergência o autor destas linhas teve oportunidade de participar, viu o seu estudo iniciar-se em 1977 e apenas terminar pouco antes da finalização da barragem.

Convém, aliás, sublinhar que na esmagadora maioria das jazidas pré-históricas, após a sua descoberta e conseqüente estudo, raramente se impõe preservá-las para outros fins que não sejam os que visam assegurar, no futuro, a possibilidade de continuar o seu estudo com outros meios e métodos que a própria evolução do conhecimento arqueológico vai permitindo alcançar.

Os custos de conservação e musealização de um local arqueológico, envolvendo estruturas de apoio sempre onerosas e a presença permanente de guardas e de guias para acompanhamento dos visitantes, apenas se justificam num restrito número de casos, quando o seu inequívoco valor patrimonial determina a natural fruição cultural que dele deve dispor a totalidade da população. Ora, por muito que isso custe à EDP ou desagrade à respectiva tutela governamental, as gravuras de Foz Côa são, incontornavelmente, um dos melhores exemplos desses casos raros.

Contudo, se a importância de tais gravuras reside na sua antiguidade paleolítica, nada melhor que promover o seu rejuvenescimento, engendrando o esvaziamento do seu próprio valor patrimonial. Surgem assim as famosas datações e a fraude em torno delas encenada.

Se a fiabilidade dos métodos de datação aplicados foi atempadamente questionada por credenciados investigadores portugueses da matéria (ver "Jornal de Notícias" de 14 de Julho), pouco importa. Nesta campanha de transparência, o importante é lançar a dúvida. (Que o parecer do prof. Peixoto Cabral e do eng. Monge Soares tenha passado despercebido em muitos dos meios de comunicação social, lamenta-se. Que a EDP e a sua tutela actual os ignorem ostensivamente,

compreende-se. Mas que o chefe da oposição e candidato a primeiro-ministro pareça desconheçê-los, é no mínimo preocupante — ver “Público” de 3 de Agosto).

Conhecemos, porém, as condições eticamente “exemplares” a que os investigadores responsáveis por tais datações se sujeitaram para se deslocarem a Portugal: ausência de qualquer contacto com os órgãos de comunicação social e com os arqueólogos do país. Por outro lado, os resultados díspares a que chegaram de forma declaradamente independente são, por si só, eloquentes.

Com valores todos eles diferentes entre si, as datações apresentam apenas em comum o facto mais significativo e importante: as gravuras são, em qualquer dos casos, pós-paleolíticas. Nem que para isso se tenha de omitir a existência de uma outra data claramente paleolítica (30 mil anos), considerada “a priori” como demasiada antiga para se poder tomar como válida. Antes do mais, não era pós-paleolítica!

Chegamos, por fim, ao exemplo zelosamente repetido da transferência do templo de Abu Simbel, na sequência da construção da barragem de Assuão, no Egipto, apresentado também como paradigmático e justificativo do corte das rochas gravadas do Côa.

Neste caso, não só se desliga a situação da sua época, ignorando as mudanças de concepção que se sucederam nos últimos anos sobre o património e o seu enquadramento, como se escondem deliberadamente as consequências de um projecto então apresentado como imprescindível para o desenvolvimento de todo um país. A salinização crescente do delta do Nilo e a acentuada diminuição da histórica fertilidade das suas margens constituem, porém, preocupações bem reais da actualidade.

Uma das estratégias a que mais frequentemente têm recorrido os defensores da barragem de Foz Côa visa abordar preferencialmente o assunto em fóruns e suplementos especializados na área de economia (“Tostões & Milhões” de 31 de Maio, “Diário de Notícias” de 3 de Julho e “Público” de 31 do mesmo mês). Não se trata, porém, de discutir este acalorado tema apenas na sua vertente económica, como seria até lícito e compreensível que se fizesse. Procura-se, isso sim, desvalorizar, de forma deliberada e concertada, a sua componente patrimonial e científica, ou seja, aquela que mais claramente torna lícito o questionar da viabilidade do empreendimento.

Além do mais, nem sempre é fácil contrapor os múltiplos problemas de quem apenas procura melhor conhecer a sua envolvência espacial e temporal às certezas arrogantes da tecnocracia.

Em toda esta polémica, uma coisa, porém, é certa. O fundamentalismo não está do lado daqueles que desde o início entenderam como dever cívico pugnar pela defesa das gravuras paleolíticas do Côa, perante o silêncio cúmplice e a

inoperância de quem por direito o devia fazer. Tão-pouco está também do lado daqueles que, tendo tomado consciência da inequívoca importância patrimonial das gravuras paleolíticas, cedo se viram confrontados com as nefastas consequências que adviriam do seu afundamento na albufeira da projectada barragem e, conseqüentemente, denunciaram os malefícios da sua concretização e a ela se opuseram.

O fundamentalismo está com quem, desde o início, nunca sequer quis admitir a possibilidade de encarar cenários alternativos à construção da barragem e tudo fez para defender a sua realização, procurando criar situações de facto consumado, não olhando por vezes a meios para atingir os fins pretendidos.